

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA  
DE ANTROPOLOGIA**

**LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS  
DO TRABALHO E DA EMPRESA**

**JUNHO 2004**

## ÍNDICE

<b>0. Introdução</b>	
0.1. <i>Constituição da Comissão</i> .....	3
0.2. <i>Objectivos da Avaliação</i> .....	3
0.3. <i>Sequência e Metodologia de Trabalho</i> .....	4
0.4. <i>Termos de Referência</i> .....	5
0.5. <i>Apreciação do R.A.A.</i>	
0.5.1 <i>Abertura dos Trabalhos</i> .....	5
0.5.2 <i>Apreciação do R.A.A.</i> .....	6
0.6. <i>Descrição da Visita</i> .....	9
0.7. <i>Organização do Presente R.A.E.</i> .....	11
<b>1. Organização Institucional</b> .....	12
<b>2. Objectivos do Curso</b> .....	13
<b>3. Plano de Estudos</b>	
3.1 <i>Evolução do Curso e Expectativas dos Alunos</i> .....	16
3.2 <i>Ensino de Pós-Graduação</i> .....	19
<b>4. Conteúdos Programáticos</b> .....	20
<b>5. Alunos</b> .....	23
<b>6. Processo Pedagógico</b> .....	24
6.1 <i>Processo Lectivo</i> .....	25
6.2 <i>Alunos inscritos, avaliados e aprovados</i> .....	27
6.3 <i>Critérios de avaliação</i> .....	28
<b>7. Corpo Docente</b>	
7.1 <i>Composição e Qualificação Científica</i> .....	30
7.2 <i>Os Docentes e a Investigação</i> .....	31
<b>8. Pessoal Não Docente</b> .....	33
<b>9. Instalações e Equipamentos</b> .....	34
<b>10. Recursos Financeiros</b> .....	35
<b>11. Relações Externas e Grau de Internacionalização</b> .....	35
<b>12. Ambiente Académico (Apoio Social)</b> .....	36
<b>13. Gestão de Qualidade</b> .....	36
<b>14. Empregabilidade e Estágio</b> .....	37
<b>Balanço Global e Conclusões</b> .....	39
<b>Classificação dos Campos de Apreciação</b> .....	41

### Anexos

## **0. Introdução**

### ***0.1. Constituição da Comissão***

A Comissão de Avaliação Externa (CAE) dos cursos de Antropologia da Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP), da Universidade Nova de Lisboa (FCSH), do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), da Universidade de Coimbra (I.A.), e da Universidade Fernando Pessoa, do Porto, foi constituída pelos seguintes elementos:

*Prof.<sup>a</sup> Doutora Jill Dias*, Presidente, Professora Catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

*Prof. Doutor Carlos Diogo Moreira*, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

*Prof. Doutor Manuel Laranjeira Areia*, Professor Catedrático do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade de Coimbra.

*Prof. Doutor Brian Juan O'Neill*, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

*Prof. Doutor Joan J. Pujadas*, Professor Catedrático do Departamento de Antropologia, Filosofia i Treball Social da Universitat Rovira i Virgili.<sup>1</sup>

### ***0.2. Objectivos da Avaliação***

O principal objectivo da avaliação de que esta Comissão de Avaliação Externa foi incumbida é averiguar se as instituições universitárias visitadas possuem condições minimamente capazes para proporcionar aos seus licenciados a formação desejada e, simultaneamente, procurar corresponder ao espírito consagrado na Lei nº 38/94, artº. 4º e Dec-Lei. nº 205/98, de 11 de Junho, nomeadamente, estimular a melhoria da qualidade das actividades desenvolvidas e permitir uma melhor informação entre as instituições e entre estas e a comunidade em geral.

---

<sup>1</sup> Face a indisponibilidade de última hora manifestada pelo Prof. Joan Pujadas e desejando a Comissão manter um contributo de um especialista estrangeiro, foi convidada a título de assessora a Prof<sup>a</sup>. Mary Bouquet da Universidade de Utrecht. Atendendo ainda ao inesperado desta alteração, a Prof<sup>a</sup>. Mary Bouquet só pode participar em duas das visitas programadas, respectivamente nos dias 15, 16, 17 e 18 de Março.

A avaliação tem ainda por finalidade contribuir para o ordenamento da rede de instituições do ensino superior e para o reconhecimento de diplomas académicos e títulos profissionais a nível europeu, no espírito da Declaração de Bolonha.

As observações feitas neste RAE são fruto de uma reflexão conjunta dos membros da CAE (comportando inevitavelmente algum grau de subjectividade) e devem ser entendidas num sentido eminentemente construtivo.

### ***0.3 Sequência e Metodologia de Trabalho***

No dia 27/01/04 teve lugar no edifício sede do Conselho de Avaliação da Fundação das Universidades Portuguesas (CAFUP) uma reunião aberta a todos os membros das Comissões de Avaliação Externa com os Presidentes do Conselho de Avaliação da FUP e do Conselho de Avaliação da APESP e o Adjunto do Presidente do Conselho de Avaliação da FUP. Na reunião, a qual, se realizou na sequência de outras anteriormente havidas com os Presidentes das CAE's, foi analisado o processo de avaliação do 2º ciclo e distribuídos os documentos “Constituição das CAE's”, “Guião de Avaliação Externa” e “Grelha de Avaliação Externa”.

Em 01/03/04 os membros da CAE reuniram-se na sala do Conselho de Avaliação para distribuição de serviço e análise dos programas de visitas. Foi decidido, dado o número relativamente reduzido de instituições a serem visitadas, não criar subcomissões. Foi ainda decidido que a futura redacção dos relatórios de avaliação externa serão da responsabilidade da CAE no seu conjunto.

As visitas realizaram-se entre o dia 08/03 e o dia 19/03/04.

Em 12 de Maio de 2004 a CAE reuniu de novo na sede do Conselho de Avaliação da FUP para análise dos Relatórios de Avaliação Externa.

As visitas às instituições observaram o programa tipo que vai apresentado em anexo.

A metodologia seguida pela Comissão para a recolha de dados que caracterizassem a instituição visitada assenta, antes de mais, numa análise criteriosa do respectivo Relatório de Auto-Avaliação e no esclarecimento directo de questões por ele suscitadas no diálogo com os vários colectivos com quem a CAE se reuniu (Professores, Alunos, Pessoal não docente, etc. ) durante a visita institucionada.

A Comissão estudou com cuidado os objectivos que a Escola se propunha atingir e fez todo o possível para avaliar do êxito obtido na consecução desses mesmos objectivos.

#### ***0.4. Termos de Referência***

Os termos de referência que se apresentam em anexo constituem o quadro director da Avaliação Externa e enumeram todos os aspectos que a Comissão considerou necessário esclarecer para poder levar a bom termo a sua missão. Este documento foi aprovado por consenso por todos os membros da CAE e enviado às instituições previamente à visita institucional, constituindo a guião que orientou essa visita.

#### ***0.5. Apreciação do Relatório de Auto-Avaliação***

##### ***0.5.1 Abertura dos trabalhos***

A visita ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa realizou-se nos dias 17 e 18 de Março de 2004. Estiveram presentes à abertura dos trabalhos como representantes do ISCTE os Professores:

João Ferreira de Almeida

Raul Iturra

Paulo Raposo

Graça Cordeiro

Paquete de Oliveira

Manuel Alberto M. Ferreira

Mário Leça

Correia Jesuíno

Rosa Veras

e como Membros da Comissão de Avaliação Externa, os Professores:

Jill Dias

Carlos Diogo Moreira

Manuel Laranjeira Areia

Mary Bouquet

Carla Vieira, que secretariou.

O Prof. João Ferreira de Almeida, Presidente do ISCTE, deu as boas-vindas aos membros da C.A.E. desejando-lhe um bom trabalho; o Prof. Raul Iturra, Presidente do Departamento de Antropologia agradeceu aos autores da C.A.A. e desejou igualmente um bom trabalho à C.A.E. .

Por fim a Prof<sup>a</sup> Jill Dias, Presidente da C.A.E., agradeceu os cumprimentos e o bom acolhimento propondo que se passasse de imediato à reunião com os autores do Relatório da Auto-Avaliação.

#### *0.5.2 Apreciação do R.A.A.*

Presentes os Professores:

Robert Rowland

Filipe Verde

Graça Cordeiro

Paulo Raposo

Maria Ant3nio Lima

Dr.<sup>a</sup> Ana Pereira.

O Prof<sup>o</sup> Robert Rowland, presidente da Comissão de Auto-Avaliação tomou a palavra para expressar em que condições o Relatório foi elaborado pedindo desculpa pelo atraso da sua entrega que ficou a dever-se a dificuldades de ordem financeira e administrativa.

Abordando algumas das questões levantadas no R.A.A. o presidente da C.A.A. referiu a reestruturação do curso como necessária e urgente e lembrou até que tinha sido aprovada uma reestruturação mas não implementada.

Nas propostas já feitas havia uma, mais ousada, avançando para a estrutura de um major e um minor e uma outra, mais tímida, optando por um esquema de disciplinas semi-obrigatórias (escolha de 2 em 4). Focou também alguns dos aspectos mais relevantes que resultam do inquérito aos alunos relativamente à finalidade do curso e sublinhou o facto, único no país, de este curso ter a maioria dos alunos em regime nocturno. Referiu ainda como pontos a destacar o facto de os alunos do curso nocturno serem sobretudo do sexo masculino enquanto os alunos do dia são sobretudo do sexo feminino. A seguir desenvolveu-se uma troca de informações e esclarecimentos entre os Membros da Comissão de A. A. e os da Comissão A. E. de que se destacam os que seguem:

Fez-se notar que nos últimos 7 anos funcionou um programa de estágios; respondendo à Presidente do C.A.E. sobre o número de alunos que fazem estágio, foi dito que o número é variável tendo chegado a um máximo de 25 e descido a 10 no ano em curso. Quanto às entidades que recebem estagiários foram citadas algumas como autarquias, museus, ONGs. Posteriormente seria entregue à C.A.E. um documento com informações detalhadas sobre os estágios.

Chamou-se a atenção para na avaliação pedagógica do curso ter em conta que o desconforto dos alunos é com o curso e não com os Professores; referiu-se inclusive um documento das Jornadas de Antropologia, realizadas no ano 2002-2003, muito crítico, dos alunos.

Referindo-se também a este documento, intitulado “Auto-avaliação da licenciatura de Antropologia”, um elemento da C.A.A. salientou que a relação entre Professores e Alunos é muito boa e a transmissão de conhecimentos também é boa, o problema está, em sua opinião, na própria matéria curricular.

Também foi levantada a questão de abertura a outras Faculdades por um elemento da CAE, a que respondeu também o presidente da C.A.A. chamando a atenção para o «handicap» de o ISCTE não pertencer à Universidade de Lisboa e por isso ser o processo mais complicado já que a abertura a outras Faculdades significa na prática abertura a outras Universidades.

Dados todos estes esclarecimentos propuseram-se os elementos da C.A.A. complementar informações que faltavam ou estavam menos explícitas no R.A.A..

De facto pelas razões acima referidas e que o relatório explicita (pág. 3-4, do R.A.A.) verificam-se algumas deficiências nomeadamente por falta de dados ou dados incompletos (fichas de disciplina bastante incompletas: em 5 disciplinas elas faltam por completo; fichas de docentes envolvidos no curso: em 33 faltam 6).

No Anexo 18, Inquéritos, há um pedido aos alunos, muito tardio (11.12.2003) para responder a um complexo inquérito (o preenchimento requer aproximadamente uma hora), que «foi elaborado tendo como base o inquérito elaborado pela Comissão de Auto-Avaliação de Sociologia» (R.A.A., volume Anexos).

Este inquérito visa aspectos gerais do curso mas não aborda o desempenho individual, e por disciplina, de cada docente.

A avaliação do docente feita anonimamente pelos alunos faz parte integrante do sistema de avaliação.

Por outro lado no volume R.A.A. (Tabelas) passa-se de tabela 11 (Licenciados) para a tabela 14 (Ficha do Docente), o que parece ser um lapso apenas de numeração.

Uma lacuna mais substancial é o pouco aproveitamento no R.A.A. dos riquíssimos dados contidos nos relatórios das duas unidades de investigação, podendo ter sido indicada explicitamente a relação entre as pesquisas aí referidas e o curso.

A C.A.E. gostaria de apreciar uma síntese analítica e global do perfil das actividades científicas dos docentes do Departamento.

A C.A.E. também esperaria que o R.A.A. fosse mais explícito na afirmação do que se consideram os pontos fortes e os pontos fracos do curso, que naturalmente se percebem ao longo do relatório mas que poderiam ser claramente indicados e não ficar apenas nas entrelinhas.

Finalmente a organização de um índice no R.A.A. sobretudo nos volumes dos Anexos e Tabelas teria facilitado a análise da documentação.

Ouvida a C.A.A. e tendo a C.A.E. esclarecido algumas questões do Relatório de A.A. com os seus autores, procedeu-se à audiência de pessoas e órgãos da instituição de acordo com o programa pré-estabelecido de reuniões e visita às instalações.

### ***0.6 Descrição da Visita***

#### **a) Reuniões - 17-03-04 / 18-03-04**

Reunião com os dirigentes da Associação de Estudantes e de outras organizações estudantis.

Reunião com alunos do 1º Ano.

Reunião com Professores.

Reunião com Antigos Alunos, Associações e Empresas.

Reunião com não-Docentes.

Reunião com Alunos do últimos anos.

Reunião com assistentes (2).

Reunião da CAE.

Reunião final com a Direcção e a CAE.

#### **b) Visita às Instalações (guiadas pela Arq.<sup>a</sup> Maria Helena Teixeira)**

##### **Ala antiga**

Gabinete de contabilidade

Conselho Directivo

Gabinete de pós-graduação

Laboratório de línguas (CCL)

GIRE (Gabinete de Informações e Relações Externas)

Sala de estudos (antiga biblioteca)

CEAS (Centro de Estudos de Antropologia Social)

**Edifício II** (projectado por Raúl Hestnes Ferreira – prémio Valmor, inaugurada em 2003)

2º piso

Biblioteca – (Informações prestadas pela Dr.<sup>a</sup> Adelaide Ribeiro)

- livre acesso
- dividida por áreas temáticas/ licenciaturas
- livre acesso de alunos externos à biblioteca para pesquisa (impedidos de requisitar)
- capacidade para 400 lugares
- centro de documentação / periódicos

2º piso

Sala de informática

1º piso

Sala de aulas de mestrados

Sala de formação interna (com 12 postos com computadores)

Auditório (capacidade para 200 pessoas)

Auditório (capacidade para 500 pessoas)

Auditório para workshops (capacidade para 100 pessoas)

Laboratório de informática (20 computadores)

**Ala Autónoma**

Piso 0

Departamento de Antropologia

Secretaria

## Piso 2

Gabinetes para professores

### ***0.7 Organização do Presente RAE***

Para melhor dar conta dos muitos comentários e observações críticas sobre a licenciatura, entendemos organizar os dados com base nos seguintes 14 campos de apreciação os quais estão já definidos no Guião de Avaliação Externa aprovado em Novembro de 2003 pela F.U.P. / Conselho de Avaliação:

1. Organização Institucional
2. Objectivos do Curso
3. Plano de Estudos
4. Conteúdos Programáticos
5. Alunos (procura, sucesso escolar)
6. Processo Pedagógico
7. Corpo Docente
8. Pessoal não Docente
9. Instalações e Equipamento
10. Recursos Financeiros
11. Relações Externas e Internacionalização
12. Ambiente Académico (Apoio Social)
13. Gestão da Qualidade
14. Empregabilidade

## **1. Organização Institucional**

Esta Licenciatura de Antropologia criada em 1982 funciona no ISCTE, Escola Universitária não integrada em universidades, beneficiando de todos os benefícios e regras de autonomia definidos na Lei 108/88 de 24/09 designada Lei de Autonomia das Universidades.

A criação do ISCTE «veio no seguimento das actividades dos antigos Institutos de Estudos Sociais e Gabinete de Investigações Sociais, que a partir de 1963 tinham enquadrado o tímido arranque das ciências sociais em Portugal, e a nova escola destinava-se a promover o estudo da «administração social do Estado e das empresas». (R.A.A., p. 5).

Às três licenciaturas iniciais do ISCTE iriam juntar-se outras (actualmente catorze) sendo a Licenciatura de Antropologia criada a partir de um núcleo de docentes que começaram por dar matérias de Antropologia na licenciatura de Sociologia. A ligação a outros departamentos mantém-se mas pode-se questionar se na perspectiva actual (Declaração de Bolonha) não será vantajoso reforçar essa componente nos dois primeiros anos (no pressuposto que outras licenciaturas fariam o mesmo).

A inserção desta licenciatura num país com fraca tradição neste campo da ciência foi muito positiva e, em competição com licenciaturas da mesma área, mostrou competência e características próprias na preparação de especialistas em Antropologia Social.

O apoio da instituição a esta licenciatura tem sido exemplar se tivermos em conta a valorização dos docentes com criação de um corpo docente qualificado em poucos anos, de um bom suporte bibliográfico e de instalações com grande qualidade e até de um Gabinete de apoio à inserção na vida activa.

Noutros campos de apoio aos estudantes, como residências, serviços de saúde, bolsas, o Presidente da instituição referiu um protocolo com a Universidade Técnica de Lisboa, sendo um dos aspectos em que a instituição não parece ter tido condições de ir mais longe até ao presente (Ver Ponto 12).

Há nos órgãos representativos da Instituição uma evidente preocupação em incrementar processos pedagógicos de sucesso e a cultura da qualidade (Ver Ponto 13).

Também a nível de pessoal técnico e administrativo, embora em número reduzido para a dimensão da instituição, se verifica uma saudável partilha do espírito competitivo.

Alguns aspectos menos explícitos na documentação e que não foi possível aclarar totalmente numa visita tão breve e em que há muitas pessoas para ouvir é a questão de algum controle na assiduidade de docentes e alunos. Indirectamente a informação é positiva já que no preenchimento das fichas se verifica que em regra os tempos lectivos previstos são geralmente dados. Mesmo quando essas horas lectivas não são dadas na integra (e pode haver razões válidas para não se realizarem) seria útil para a transparência do sistema que ficassem anotadas as razões da ausência. Fica contudo alguma indefinição e alguma incerteza (até porque há várias fichas de docentes não preenchidas) e parece óbvio que a matéria leccionada deveria ser sempre de alguma maneira sumariada (artº 66 do E.C.D.U.).

## **2. Objectivos do Curso**

A Licenciatura de Antropologia no ISCTE está profundamente marcada por ter começado com um núcleo de disciplinas integradas na Licenciatura de Sociologia como claramente se explicita no R.A.A. (p. 13-18) onde se descreve a génese e evolução do curso. Embora se diga (citando um documento aprovado em 1999) que a licenciatura «visa também fornecer aos estudantes as formações de carácter interdisciplinar julgadas necessárias para uma melhor inserção da antropologia no quadro mais geral do projecto das Ciências Sociais e Humanas» (p. 13) a verdade é que é nesta componente que assentam principalmente as críticas e reparos de alunos, ex-alunos e docentes. Pelo contrário o «objectivo (de) assegurar uma formação de base sólida» é unanimemente reconhecido sobretudo no que respeita à componente da «formação em teoria antropológica». Na verdade um dos suportes básicos do curso é uma atenção especial dedicada à teoria antropológica.

Como consta do anexo 4, aprovado pelo conselho do Departamento em 16/6/99, foi entendido que «a formação geral em teoria antropológica assenta num elenco de oito cadeiras obrigatórias – sete das quais anuais – distribuídas pelos três primeiros anos de licenciatura: Introdução à Antropologia, História da Antropologia, Epistemologia e

Antropologia, Teorias Antropológicas, Antropologia Económica, Antropologia da Família e do Parentesco, Antropologia Política, e Antropologia do Simbólico» (R.A.A., Anexo 4).

No citado documento o Conselho de Departamento, considerando a importância do referido conjunto de cadeiras na licenciatura, entendeu que «deveriam ser fixados requisitos mínimos que os seus programas deveriam cumprir, de forma a contrariar a eventual tendência para se transformarem em cadeiras excessivamente centradas nos ‘dossiers’ de pesquisa dos seus docentes» (R.A.A., Anexo 4).

Assim ao caracterizar o curso essa foi a nota dominante, dando lugar naturalmente às críticas do que parece faltar.

Se foi louvável a boa intenção dos «quatro professores e dois assistentes» fundadores da licenciatura ao afirmar que «A diversidade das orientações presentes entre os docentes da área resultara de uma decisão deliberada de não privilegiar qualquer escola ou tradição antropológica» (R.A.A., p. 15) a verdade é que basta olhar para o «currículo» científico do grupo fundador para perceber que a licenciatura se criara nos moldes da Antropologia Social Britânica dos anos 80.

A marca ficou e deu bons resultados e prestígio à instituição.

O curso preparou docentes para o ISCTE e não só. E isso também explicará a dificuldade em mexer numa estrutura tão sólida a tal ponto que há 10 anos que o Departamento de Antropologia aprovou «um conjunto de princípios como base para a reestruturação» (o chamado projecto global de Antropologia) e estando quase pronto não arrancou, excepto, a passagem do nome de Antropologia Social para Antropologia (p. 19 do R.A.A.), uma decisão que parece não ter sido acompanhada de qualquer justificação teórica e levantando assim, de forma quase provocante, a questão definicional da Antropologia (em ciência os jogos nominalistas nunca são inocentes).

Na realidade, a mudança de designação de Antropologia Social para Antropologia correspondem a uma opção pragmática para evitar que os licenciados dos ISCTE fossem prejudicados em concursos em que figura a área Antropologia e não Antropologia Social.

Mas esta alteração poderia ter sido aproveitada para ir além não apenas da Antropologia Social mas talvez, mesmo além das Ciências Sociais, o que tem sido noutros casos, favorável ao desenvolvimento da disciplina.

Por isso se percebe também a aparente contradição entre o reconhecimento do «carácter urgente da reestruturação da licenciatura» e as dificuldades em avançar, objecto das principais críticas apresentadas durante a visita da C.A.E. .

Apesar da afirmação de alguma abertura à inovação em disciplinas classificadas como «Opção da Formação Genérica» ou «Opção de Formação complementar» (respectivamente do 2º e 3º anos) (Ver Quadro 4, p. 24 do R.A.A.), o curso mostrou pouca flexibilidade e as mudanças, embora saudadas, revelaram-se insuficientes, pois no essencial a «estrutura curricular só pontualmente sentiu alterações» (R.A.A., p. 48).

O simples enunciado dos projectos de reestruturação do curso impressiona pela persistência com que se afirma ao longo dos últimos anos:

#### Anexos 1 - Anteprojecto de Reestruturação

«Este documento, elaborado com base em discussões havidas na Comissão de Reestruturação, com outros colegas, e com alguns alunos, é apresentado a título puramente pessoal com contribuição para a discussão e para o esclarecimento das opções possíveis. Não compromete ninguém para além do autor» (18.03.97). Assina Robert Rowland.

Anexo 2 - Linhas programáticas para a reestruturação de Licenciatura de Antropologia (documento para apreciação na reunião do Conselho de Departamento de Antropologia de 18.03.98). Assina: Robert Rowland e João Leal.

Anexo 3 - Linhas gerais de reestruturação da Licenciatura e de política de pós-graduação do Departamento de Antropologia (documento para discussão e aprovação na reunião do Conselho de Departamento de Antropologia de 16.07.98).

Anexo 4 - Linhas gerais de reestruturação da licenciatura de Antropologia (documento aprovado em Conselho de Departamento de 16.06.99).

Anexo 5 – Proposta de Despacho que aprova o plano de estudos do curso de licenciatura em Antropologia ministrado pelo ISCTE (1999).

Anexo 6 – Despacho n.º 15.598/2001 (2ª série) em que se determina a alteração do plano de estudos (D.R. nº 173, 27 de Julho de 2001).

As questões levantadas nestes sucessivos documentos constitui matéria de reflexão e revela uma importante capacidade de autocritica; levanta também questões de fundo a discutir em torno do que devem ser os objectivos de uma licenciatura em

Antropologia hoje. Destacam-se em particular as reflexões apresentadas em torno de um dilema central na reestruturação do acesso: investigação fundamental versus orientação mais prática para campos de trabalho e de empregos específicos.

Os autores do R.A.A. concluem assim, com alguma frustração, mas também com muito realismo que: «Hoje o pendur tão exclusivamente acadêmico que caracteriza os inícios da licenciatura tem vindo, cada vez mais, a perder sentido» (R.A.A., p. 32).

Seria precipitado concluir que esta situação explica só por si a baixa da média de candidatura ao longo dos últimos anos (nota do último classificado em 1997: 13,39; em 2002: 12,25), (R.A.A., p. 26) já que a menor procura do curso percorre todas as instituições, mas não é de excluir alguma incidência nos valores referidos.

Embora o R.A.A. apenas refira (sem entrar em detalhes de estruturação) o funcionamento das três especialidades de Mestrados (Patrimónios e Identidades; Colonialismo e Pós-Colonialismo; Poder e Diferenciação (R.A.A. Anexos, Anexo 15) a verdade é que este é um campo forte do ensino de Antropologia no ISCTE que a C.A.E. reconhece como óbvio e bem estruturado e possivelmente um bom ponto de partida para uma reformulação do curso a partir de cima (dos Mestrados) e eventualmente também dos Doutoramentos.<sup>2</sup> (Ver Ponto 3.2.).

Esta eventual articulação entre Mestrados e Licenciatura foi uma hipótese bem vista por vários interlocutores e parece ser a que melhor se ajusta à Declaração de Bolonha.

### **3. Plano de Estudos**

#### ***3.1 Evolução do curso e expectativas dos alunos***

A ideia inicial de «uma sólida formação em antropologia clássica com o propósito de desenvolver um projecto original de uma antropologia voltada preferencialmente para o espaço português»... (R.A.A., p. 17) explica certamente a frustração de muitos alunos que afirmam ter optado pelo curso para conhecer outras culturas, outros povos.

---

<sup>2</sup> O RAA refere, embora com brevidade, um PDAS (Programa de Doutoramento em Antropologia Social) (ver Anexo 16 do RAA).

Também aqui o peso da Sociologia («rural, urbana, de comunicação») impôs restrições à abertura de curso e não permitiu ultrapassar «o peso porventura excessivo do contexto nacional no curriculum» (R.A.A., p. 20). A acusação de «estagnação curricular» apresentada por vários alunos e expressa no documento «Análise ao Documento sobre a Auto-avaliação da Licenciatura em Antropologia», assinado pela turma AC2 e apresentada à CAE na reunião com os dirigentes da A.E. e outros órgãos<sup>3</sup>, reforçam a ideia de algum mal-estar por causa de uma re-estruturação no plano de estudos há muito esperada e prometida mas ainda não concretizada.

Esta questão já tinha sido encarada pelo Departamento.

Basta ter em conta que no Anexo 6 do R.A.A. se reproduz o Diário da República (27.07.2001) relativo à alteração do Plano de Estudos desta licenciatura constando deste plano várias alterações sendo de destacar sobretudo a possibilidade de fazer mais opções. «Os alunos poderão fazer mais quatro disciplinas semestrais (ou duas anuais) do que aquelas que estão definidas curricularmente, em termos a definir pelo Conselho Científico» (Ver Despacho nº 15 598/2001, ponto 5º - 8).

Quando neste projecto se introduziram opções semestralizadas a saber três no 2º ano: 2 opções de formação complementar e uma opção de formação genérica, isso implicou a criação de uma outra disciplina semestral – (História Contemporânea de Portugal), e ainda duas disciplinas semestrais «Opções de Formação Complementar» no 3º ano e no 4º ano, estava encontrada a chave que, também noutros casos, tem flexibilizado os cursos: a criação de opções e a semestralização das disciplinas.

Assim a rigidez atribuída ao actual Plano de Estudos não pode ser atribuída inteiramente ao peso da Antropologia Social Britânica; talvez isto tenha a ver também com alguma falta de articulação adequada entre as diferentes disciplinas no correr dos anos e com o peso das cadeiras anuais.

Sendo este o campo em que apareceram mais observações e mais críticas vale a pena discriminar um pouco a matéria por grupo de interventores. Assim, no documento comentando o RAA, referido mais acima (em 3.1), a Associação dos Estudantes reconheceu que o curso nasceu bem mas teria estagnado nos últimos tempos em que outros se renovaram.

---

<sup>3</sup> Este documento contém muitas passagens transcritas do documento “Auto-avaliação da licenciatura de Antropologia” referido em 0.5.2., mais acima

Boa parte dos alunos reconhece que o curso foi bom mas pretende que ele volte a ser apelativo e que haja menos desistências. Insistindo na questão, também afirmada por alguns docentes, que «o problema do curso é mesmo do conteúdo e não da forma» alguns alunos dos últimos anos (3º e 4º anos) gostariam de ver um curso com um tronco central e já que há docentes competentes em diferentes campos, propõem que a partir desse tronco central, haja várias opções, como por exemplo, estudos sobre África, América ou Índia, já que para estes alunos um dos principais motivos da procura da licenciatura foi o «fascínio por outros povos e afinal sabe-se pouco». Para alguns ser antropólogo é conhecer outros povos! E por isso reclamam mais leituras de Etnografia.

Por sua vez, alguns alunos queixam-se do reduzido número de disciplinas optativas. Isto é particularmente criticado por considerarem que as cadeiras optativas são em geral mais dinâmicas e mais voltadas para as questões actuais. Para os alunos do 1º Ano algumas das questões sobre realidades actuais seriam por exemplo, trabalhos sobre problemas concretos como questões raciais, os emigrantes de Leste e outros que dessem visibilidade ao trabalho dos Antropólogos (que não se vê).

Para além de uma persistente reclamação para o curso se articular mais com as realidades contemporâneas, alguns alunos também entendem que o curso não lhes dá o suficiente na área mais importante, isto é, na competência de análise (Ver quadro de competências).

<b>Competências que o curso deveria proporcionar</b>	<b>Índice Alunos</b>
1) Compreensão da realidade social e cultural portuguesa.	1,21
2) Compreensão da realidade social e cultural de outros povos.	2,14
3) Compreensão das implicações das diferenças interculturais e do etnocentrismo	1,98
4) Capacidade de questionar de maneira autónoma e imaginativa um determinado tema.	0,75
5) Capacidade de encontrar informação especializada pertinente em relação a um determinado tema.	0,40
6) Saber analisar textos de antropologia e extrair deles elementos pertinentes	0,82
7) Saber tratar e interpretar dados e observações.	0,97
8) Capacidade de expressão escrita.	0,40
9) Capacidade de expressão oral.	0,06
10) Capacidade de apreciação crítica de trabalhos em antropologia	0,29
11) Capacidade de realizar investigações etnográficas e antropológicas	2,68
12) Capacidade de análise, discussão e intervenção, em relação a questões sociais e culturais	2,89

(R.A.A., p. 47)

Tendo presentes estas críticas ao Plano de Estudos a CAE não pode deixar de ter em conta que nesta licenciatura há dois públicos muito diferentes também no que respeita à perspectiva académica. Não é fácil conciliar as reivindicações de alunos do turno da noite que encarando o curso mais como valorização e enriquecimento pessoal, aceitam melhor os aprofundamentos teóricos, enquanto que os alunos, em média, mais jovens, do turno do dia põem a tónica em matérias que os põem em contacto com as realidades contemporâneas. Vários destes aspectos são retomados no ponto 5 (alunos) deste relatório.

### ***3.2 O Ensino de pós-graduação (Mestrados)***

Embora a avaliação seja explicitamente sobre a licenciatura de antropologia o desenvolvimento normal deste grau de ensino tende cada vez mais a complementar-se com um Mestrado numa área específica. Hoje as orientações da Declaração de Bolonha reforçam claramente essa ligação.

Neste aspecto o R.A.A. é extremamente modesto pois apesar de funcionarem três Mestrados o texto remete-nos apenas para o Anexo 15 onde são discriminados os respectivos planos de Estudos (R.A.A. , p. 42). Sendo a actividade de investigação e o ensino ao nível de Mestrados dois pontos fortes da Antropologia no ISCTE deixa alguma frustração encontrar apenas duas páginas sobre estas matérias.

Embora a Comissão de Avaliação Externa não possa suprir o que falta no R.A.A. parece oportuno produzir algumas considerações sobre o «Enquadramento do curso na actividade de investigação da instituição», ponto 8 do R.A.A. (p. 42-43) referindo sobretudo o ponto 8.1.1 Cursos de Mestrados.

O Anexo 15 do R.A.A. apresenta de facto o plano de estudos dos três mestrados referidos no relatório mas só o Mestrado «Patrimónios e Identidades» é acompanhado de informações complementares para além do Plano de Estudos.

Trata-se de um Mestrado totalmente inovador em Portugal pois, tendo em conta os objectivos expressos na proposta da 3ª edição, «procura confinar os ângulos de aproximação a determinados campos e objectivos e discutir um conjunto de instrumentos analíticos, pensando na articulação da investigação e da intervenção à escala local» (R.A.A., Anexo 15).

Manifestamente este Mestrado é uma das respostas possíveis às questões levantadas por tantos alunos que procuram articular a antropologia com a vida concreta. Na verdade «com este Mestrado criam-se condições para a condução de pesquisas concretas com bolsas atribuídas no âmbito de projectos surgidos à escala local e regional numa intencional pedagogia que defende a articulação séria da investigação com outros propósitos que visam o desenvolvimento e a produção de sociedade local, pois é em torno de patrimónios e identidades que a maioria destes projectos se constrói «(R.A.A., Anexos 15).

Os programas das disciplinas estão minuciosamente apresentados e podem servir de referência para algumas linhas de reestruturação da licenciatura.

Dos outros dois Mestrados, a saber, «Colonialismo e Pós-Colonialismo,» e «Poder e Diferenciação» temos apenas os Planos de Estudos. Não podendo entrar no pormenor de sua estruturação também aqui é óbvio que se encontra já alguma resposta às tão insistentes reclamações que a Antropologia se deve ocupar também das questões contemporâneas.

Disciplinas como por exemplo, «Migração, Etnicidade, Transnacionalidade» (do Mestrado em Colonialismo e Pós-Colonialismo») bem como «Etnicidade, Raça e Segregação» do Mestrado / em «Poder e Diferenciação» são manifestamente respostas a essa inquietação.

Estes três Mestrados de Antropologia do ISCTE, apesar de muito pouco referidos no R.A.A. são certamente um dos pontos fortes da instituição e com potencialidades para dinamizar a própria estrutura da licenciatura que necessariamente vai acontecer e tem todas as probabilidades de conhecer mais êxitos que qualquer das reestruturações já feitas.

#### **4. Conteúdos Programáticos**

Baseando-se nas informações disponíveis no RAA, os programas das disciplinas parecem, em geral, equilibrados, apoiados em bibliografia geralmente actualizada. Contudo, alguns alunos criticam o plano de estudos na maneira como os conteúdos são apresentados por considerarem que são muito repetitivos. Alguns são de opinião que

cada professor não sabe o que está a ser dado pelos outros e daí as inúmeras repetições, exemplificando com as matérias de História da Antropologia que seriam em boa parte coincidentes com as matérias de Antropologia Social e Cultural : São vários os alunos que referem o excesso de História de Antropologia (atente-se na definição do curso feita por um aluno dos últimos anos: «o curso é o mosaico de uma história de Antropologia»).

Para além das eventuais sobreimposições da matéria e do peso excessivo da História de Antropologia, queixam-se os alunos de a apresentação teórica (que reconhecem ser boa até ao Funcionalismo e Estruturalismo) cair numa dispersão total a partir daí e por isso muitos se interrogam sobre o que é hoje a teoria antropológica. A solução poderia ser uma abordagem teórica mais sistematizada e progressiva ao longo do curso.

Alguns alunos referiam ainda a um excesso de teorias antropológicas, por vezes com aspectos negativos, como quando «professores entram em contradição com outros professores: para uns é Levi-Strauss que está certo... para outros é Lacan... É ridículo»!

Embora comentários deste género devam ser devidamente ponderados não deixa de ser verdade que a diversidade de posições teóricas, que é uma manifesta mais-valia, pode deixar de o ser se os alunos olham para a posição do docente como demasiado rígida e até «dogmática».

Não existe, como é reconhecido, qualquer mecanismo formal instituído, para além da apreciação dos programas propostos (os quais são elaborados pelas equipas docentes sob a responsabilidade do coordenador designado pela Comissão Científica) para assegurar a harmonização dos conteúdos entre as disciplinas do mesmo ano e entre disciplinas de anos sucessivos. É importante reconhecer a lacuna mas devem ser criados mecanismos que permitam superar essa situação.

Há também um reparo muito sentido quanto à Disciplina de Psicologia Social. Sendo uma optativa genérica poderia enriquecer o curso com um contributo particular, o que manifestamente não está a acontecer. A disciplina de Psicologia Social merece ainda uma particular referência por ser leccionada em inglês. Embora o docente afirme que «A língua inglesa não foi um problema, apesar de a início os alunos recearem que fosse» (Ver Tabela 6, Ficha da Disciplina) a verdade é que vários alunos salientaram a dificuldade em acompanhar as aulas em inglês.

Nas fichas de disciplinas a bibliografia é por vezes quase exclusivamente em inglês. Neste aspecto parece ser importante atender à existência de traduções. É o caso, por exemplo, da obra de D. Sperber, *Le savoir des anthropologues*, cuja versão portuguesa (*O saber dos antropólogos*, ed. 70), não é referida. Ainda que seja vantajoso ler o texto original (e essa pode ser a intenção do Prof<sup>o</sup> ao não mencionar a tradução) o certo é que as grandes dificuldades de muitos alunos, em francês e inglês, implica maior atenção a estas questões. Deve dizer-se contudo que em geral as traduções são referidas nas bibliografias.

A questão da dificuldade dos alunos quanto a línguas estrangeiras, como o Inglês e o Francês, foi objecto de análise pela Comissão de Auto-Avaliação que a situa no contexto geral do ISCTE onde há um Laboratório de Línguas que permite aos alunos superar estes problemas. Foram mesmo avançadas diferentes hipóteses para que os alunos superassem as dificuldades quanto aos conhecimentos de Inglês: tornar o Inglês língua de passagem obrigatória, embora extra-curricular; ou pôr a língua estrangeira como condição de acesso. O Centro de Línguas funciona na prática como uma opção extra-curricular. A dificuldade parece ser dupla porque o turno do dia precisa mais de conhecimentos em Francês, enquanto o turno da noite precisa mais de conhecimentos em Inglês. Deste modo, a incluir línguas estrangeiras no curriculum, era necessário incluir as duas, o que seria complicado.

Por fim, parece importante um maior esforço no sentido de aumentar as oportunidades para realizar trabalhos práticos no âmbito dos programas de algumas disciplinas. Com efeito, apesar de reconhecer a competência pedagógica do corpo docente, os antigos alunos, bem como alguns docentes, insistem na falta da parte prática, algum défice no trabalho de campo, notando-se no entanto algumas tentativas de superar a situação com trabalhos apoiados pelo Centro de Estudos de Antropologia Social.

## **5. Alunos (procura, sucesso escolar)**

Na avaliação do curso por parte dos alunos é fundamental ter presente que os alunos de Antropologia do ISCTE constituem dois conjuntos bastante distintos segundo falamos dos alunos da turno diurno ou do turno nocturno.

Não só as médias etárias são muito diferentes (41.2% com menos de 25 anos no turno do dia, e 42,3% com mais de 30 anos no turno da noite) (Quadro 3 do R.A.A., Inquérito aos alunos, p.2), como também se verifica que no curso do dia a predominância de alunos do sexo feminino (67%) é mais acentuada que no turno de noite (59%) podendo considerar-se o grau de feminização do curso (61% dos alunos) como moderado, ou pelo menos não mais que muitos cursos universitários nomeadamente de Ciências Sociais e Humanidades.

Também tem muita importância na avaliação do curso o facto de a grande maioria dos alunos da noite terem um emprego estável (relacionado ou não com a Antropologia) e para os alunos do dia ser importante o grau académico e servir de referência para a procura de trabalho. Neste contexto entendem-se melhor algumas intervenções que podem parecer excessivas, como por exemplo, «não precisamos do curso para nada» pois já têm trabalho; mas por isso exigem qualidade porque para estes alunos (do curso nocturno) o curso é uma mais valia, um enriquecimento pessoal que lhes interessa e não propriamente a obtenção de um diploma.

As opiniões dos alunos, sendo um elemento fundamental desta avaliação, devem ser portanto contextualizadas nesta dicotomia turno diurno / turno nocturno, uma particularidade única no país já que nenhuma das outras quatro licenciaturas de Antropologia teve hipóteses (pelo menos até agora) de organizar um curso nocturno desta natureza.

Esta situação excepcional implica também alguma maior flexibilidade no funcionamento dos serviços, nomeadamente da Biblioteca e Secretaria, sem o que estes alunos podem parecer «estranhos» à instituição.

É ainda indispensável ter em linha de conta que a discrepância etária, e portanto também de maturidade, em alunos de curso diurno e nocturno também ajuda a entender a já referida reclamação de temas das «realidades contemporâneas» por parte dos mais jovens enquanto que os mais velhos (curso nocturno) parecem aceitar melhor a forte componente teórica atribuída ao curso.

Apesar das muitas críticas por não ter havido até agora uma reestruturação do curso, não houve da parte dos alunos contestação notória às quatro componentes estruturantes do curso, a saber:

- Formação em teoria antropológica
- Formação etnográfica
- Formações temáticas mais especializadas
- Desenvolvimento da capacidade prática de pesquisa dos estudantes.

Também o documento dos alunos (turma AC2), referido mais acima (Ponto 3.1.), embora crítico não deixa de reconhecer que «os pioneiros desta licenciatura souberam ser coerentes e ambiciosos na criação de um projecto científico e pedagógico, generosos e altruístas» (p. 3).

O ponto de crítica mais forte destes alunos é de modo geral dos alunos mais velhos (3º e 4º anos) centra-se na não efectivação da reestruturação apesar das recomendações nesse sentido feitas pela anterior C.A.E. e das muitas decisões de Comissão Científica e do Conselho do Departamento nesse sentido; esta incapacidade para fazer avançar o processo de reestruturação, classificada por estes alunos como fruto de desentendimento dos docentes, é o ponto crítico desta tomada de posição.

Com este facto parece estar associada também uma baixa relativa do apreço pelo curso (3,32 – suficiente) bem como uma menos conseguida coordenação entre as cadeiras do curso (3.45).

Obviamente que estas preocupações não podem ligar-se só por si à diminuição da procura do curso e baixa na média de acesso mas é obviamente saudável esta inquietação tão expressiva dos alunos que criticam «para que uma alma nova possa emergir na licenciatura de Antropologia».

## **6. Processo Pedagógico**

Na abordagem deste campo entendemos para apreciação desta licenciatura abordar as observações, tanto quanto possível, pelos seguintes itens:

1. Processo lectivo
2. Alunos inscritos, avaliados, aprovados

### 3. Critérios de avaliação

#### ***6.1 Processo Lectivo***

Num curso em que predominam as aulas teóricas, e na maior parte dos casos, expositivas, os alunos não serão muito sensíveis ao facto de a turma ser mais ou menos numerosa. Mas se houver aulas mais interactivas, como alguns alunos reclamam, o número de alunos pode não ser comportável em duas turmas. É uma questão que se pode pôr com a reestruturação e a eventual introdução de mais aulas práticas e interactivas. As questões de dinâmica de grupo impor-se-ão necessariamente.

Havendo actualmente um dia por semana sem aulas (6º feira) e não havendo muitas avaliações à base de trabalhos escritos, entende-se que não haja reclamações quanto à carga horária dos alunos, mas ela é de facto excessiva e se avançarmos para o espírito da Declaração de Bolonha, como se espera, a carga horária global do tempo de aulas deveria ser reduzida.

Quanto à carga horária dos docentes verifica-se que um número razoável dos docentes não preencheram a respectiva ficha ou no todo ou nessa parte e isso não permite fazer uma apreciação mais objectiva da situação, mas a ajuizar pelos dados observáveis (tabela 14, R.A.A. vol. Tabelas) verifica-se que manifestamente a distribuição das cargas horárias não é muito «democrática», sobretudo porque há vários docentes com excesso de carga horária aparente.

À parte o caso dos docentes de outros Departamentos (Sociologia, História) e dos que deixaram as fichas em branco (4), de dois que estiveram ausentes do Departamento no ano lectivo em apreciação (2002/2003) e de um docente que preencheu a carga horária em % de tempo e não em número de horas (não se podendo adivinhar o total de horas subjacentes a essa percentagem) verifica-se uma grande diversidade tanto quanto ao total de horas lectivas como quanto ao total de horas ao serviço do Departamento.

Há casos de professores auxiliares com manifesto excesso de carga lectiva (na ficha n.º de horas de actividade docente): 16, 18, 20, 25; um assistente com 18 e um professor catedrático com 18. São cargas horárias que não parecem poder compatibilizar-se com o Estatuto da Carreira Docente Universitária.

Também é curiosa a distribuição média (horas por semana) de actividade na instituição, distribuída pelas diversas actividades referenciadas:

(N.º de horas):

- «Actividade docente
- Atendimento aos alunos
- Tarefas administrativas
- Investigação»

(último item da Ficha do Docente).

No atendimento aos alunos a maioria dá um tempo razoável de atendimento semanal havendo também valores que variam de 1 a 8, correndo toda a escala em números inteiros e nalguns casos até fraccionários (1,5; 4,5).

Tendo em conta que o restante tempo disponível dado à instituição só pode ser remetido para os 3º e 4º itens, isto é, «Investigação» e «Tarefas Administrativas» verifica-se igualmente uma grande diversidade de horas atribuídas à investigação por parte dos docentes. Para melhor explicitar a situação vamos ter em conta apenas os docentes do Departamento de Antropologia que sinalizaram no item «Regime de Prestação de Serviço» a opção: «Docência como única actividade profissional exercida exclusivamente na escola».

Nessa situação dita de dedicação exclusiva encontravam-se no ano 2002/2003 16 docentes do Departamento de Antropologia; 15 que o afirmam com a sinalização na ficha e um que não sinalizou qualquer opção mas se percebe pela carga horária estar em dedicação exclusiva.

Destes 16 docentes 11 tiveram algumas horas de actividades administrativas, mas na maioria dos casos poucas horas; apenas três docentes gastaram um tempo semanal importante em tarefas administrativas: um 6 horas, outro 10 horas e um terceiro 15 horas. No conjunto dos docentes podemos afirmar que o peso das tarefas administrativas é deveras reduzido. A grande maioria dos docentes em dedicação exclusiva fica portanto com uma margem razoável para as actividades de investigação.

Analisando os números, caso a caso, temos valores algo surpreendentes com variação ainda maior que as cargas horárias lectivas. O número de horas reservadas à

investigação pelos docentes de Antropologia do ISCTE em dedicação exclusiva variam (neste conjunto de 16 docentes) entre 4 e 33 horas semanais, havendo valores próximos do mínimo, como 4, 5, 9, 10, 12 e os que se aproximam do máximo como 32, 31, 24, 20, 18.

Esta diversidade de tempo para investigação não é apenas função das horas de atendimento aos alunos (que é apesar da oscilação pouco significativa), nem só da diferença de carga horária lectiva (bastante significativa como vimos), mas também do nº total de horas semanais que cada docente entende dar à sua instituição. Assim temos docentes que prestam serviço à instituição numa hipotética semana de 45 ou 40 horas ou até um valor intermédio (43,5) enquanto que para outros, igualmente em regime de dedicação exclusiva a semana terá antes 18 horas, ou 30, ou 33, 35, 36.

Esta é outra particularidade do nosso regime de carreira docente universitária em que o tempo de prestação de serviço à instituição, mesmo em dedicação exclusiva, parece ter uma interpretação que pode resultar de um espírito ainda pouco desenvolvido em termos de uma “cultura de avaliação”.

Tendo em conta as fichas preenchidas neste campo pode-se afirmar que, em regra, as horas lectivas previstas foram realizadas.

## ***6.2 Alunos inscritos, avaliados e aprovados***

Um dos elementos fundamentais na avaliação de uma licenciatura é sem dúvida saber o que se ensina, com que suportes bibliográficos, e com que aproveitamento. Estes elementos (e outros) resultam de análise das fichas de disciplinas quando correctamente preenchidas. Ora verifica-se que relativamente ao conjunto das 33 disciplinas apresentadas (Tabela 5) muitas não estão completas (muitos campos em branco) e outras não estão correctamente preenchidas. Assim, num olhar rápido sobre os dados que constam das Fichas de Disciplina verificam-se algumas anomalias como o caso de n.º de horas lectivas previsto e realizado ser zero (!) (cf. Antrop. Política): ou o n.º de alunos avaliados do curso (55) ser superior ao n.º total de alunos (40) e por sua vez o n.º de aprovados (47) ser superior ao n.º de avaliados! (cf. A. Económica); ou ainda verificar que num total de 56 alunos inscritos, o total de alunos avaliados ser zero

(!), mas terem sido aprovados 49. (cf. A. do Simbólico); nesta disciplina é também curioso verificar que, havendo 32 horas lectivas previstas, tenham sido dadas 37.

A confusão entre o n.º de alunos do curso e o n.º total de alunos que são avaliados repete-se em várias outras disciplinas.

Na disciplina 1239 (nome?) distingue-se claramente que no total de 37 alunos avaliados, 30 são do curso, mas curiosamente dos 26 aprovados, nenhum pertenceria ao curso (valor 0)! É também surpreendente que havendo um total de 37 alunos, o n.º de inscritos seja de 31.

Também é estranho que na disciplina n.º 1253 (nome?) não conste nenhum aluno avaliado ou aprovado (valores 0); parece igualmente pouco provável que na disciplina Índia I não tenha sido aprovado nenhum aluno dos 14 avaliados; o mesmo se diga dos 9 alunos avaliados em Índia II e dos 27 de A. Urbana. Surpresa de sinal contrário é que, na disciplina de A. Histórica, para um total de 22 alunos avaliados apareçam 25 alunos aprovados, bem como em A. de Educação, em que são 23 os alunos avaliados e 39 os aprovados.

Também em Teoria Social num total de 111 alunos avaliados, sendo 85 do curso, é obvio que dos 53 aprovados, boa parte são do curso (figura valor 0); o mesmo erro na ficha de Métodos Quantitativos, Ritual e Performance, A. Hermenêutica, etc, etc.

Embora nalguns casos se perceba que houve troca de local no preenchimento da ficha esta situação não deixa de ser uma nota bastante negativa, agravada ainda pelo não preenchimento de boa parte dos campos por uma parte significativa dos docentes. É certo que a C.A.E. fora avisada para as condições em que se elaborou o R.A.A. mas mesmo assim esta menos boa colaboração dos docentes (a avaliar pelo preenchimento, assim, das fichas) parece ultrapassar o aceitável até porque é o próprio interesse da avaliação que perde credibilidade.

### ***6.3 Critérios de avaliação***

Tendo em conta as informações colhidas através das observações feitas pelos docentes que preencheram o campo 7 da Ficha da disciplina, critérios de avaliação (estes critérios faltam em 7 das fichas preenchidas) fica-se com a ideia que predomina o

sistema de avaliação contínua (de resto manifestamente preferida pelos alunos) havendo também casos de articulação de avaliação parcial segundo o modelo de exame final, ou avaliação total com exame em alternativa à avaliação contínua.

Na maioria dos casos os alunos precisam de fazer trabalhos, fichas de leitura, exposição e discussão de textos, o que parece ser a forma mais adequada de aprender a trabalhar. Também se verifica que os trabalhos académicos são de tamanho reduzido (em média não passam de 10 páginas) o que significa também uma forma de levar os alunos a distinguir o essencial e a cultivar a capacidade de síntese. Mais problemática parece ser a inclusão de uma percentagem da avaliação tendo em conta a frequência às aulas, a intervenção nas discussões, sobretudo se o professor tiver que ponderar nessas intervenções «a solidez da exposição dos argumentos e a criatividade analítica» (R.A.A., Disciplina A. Social II), embora em geral esta componente não ultrapasse os 10 a 20%.

Dada a tendência a generalizar-se a avaliação com base principalmente em trabalhos escritos é de notar que só alguns docentes referem a necessidade da discussão desse trabalho, que parece contudo ser um elemento indispensável.

O entendimento deste campo da Ficha de Disciplina implica que o docente explicita o processo concreto de avaliação dos alunos naquela disciplina e naquele ano. Embora seja importante que os docentes ao definir esse processo concreto tenham em conta factores como:

- «capacidade de organizar textos argumentativos a partir da leitura de um ou vários autores;
- capacidade de ligar a informação trabalhada nas aulas e estudada dos textos do dossier relativo ao fluxograma das aulas;
- domínio dos conceitos e métodos relativos aos domínios especializados;
- conhecimento das principais problemáticas da área especializada;
- capacidade de articular dimensões teóricas com a vida real da sociedade;
- compreender as diferenças entre os paradigmas do trabalho, das organizações de empresas nas sociedades industriais nomeadamente na sociedade portuguesa e nas sociedades do Sul» (R.A.A., Tabela 6, Ficha A. Industrial),

o certo é que neste caso a C.A.E. não ficou a saber qual a forma de avaliação desta disciplina apesar desta rica informação de carácter geral. Talvez se possa fazer a mesma observação quanto aos critérios (genéricos) de avaliação da disciplina Antropologia e Hermenêutica.

Algumas disciplinas incluem na avaliação contínua, a par da discussão de textos, o visionamento e discussão de filmes. Parece ser um elemento muito recomendável e o contributo do C.E.A.S. (referido à frente) com a sua já muito significativa videoteca pode ser um elemento crucial para enriquecer o ensino de várias disciplinas, nomeadamente no campo da etnografia comparada.

Nos casos de avaliação exclusivamente por um trabalho escrito (10-20 páginas) parece ser igualmente indispensável uma discussão («defesa oral») a menos que o docente tenha acompanhado de muito perto a redacção do texto e esteja bem seguro que o texto constitui «uma reflexão personalizada em torno de um tema escolhido livremente pelo aluno» (R.A.A., Tabela 6, Ficha Teoria Social).

A importância dada pelos alunos aos problemas da avaliação está bem patente nas questões que levantaram nas reuniões e, sendo em geral apologistas do sistema de avaliação contínua, estão abertos também a outras formas de avaliação.

## **7. Corpo Docente**

### ***7.1 Composição e Qualificação Científica***

Pode-se classificar como notável a evolução do quadro de professores do ISCTE no que respeito às suas classificações.

Considerando a evolução dos últimos 10 anos (1993/2003) verifica-se um significativo aumento de Prof<sup>os</sup> Catedráticos (111% : de 9 para 19), de Prof<sup>os</sup> Associados (300% : de 10 para 40) e de Prof<sup>os</sup> Auxiliares (244% : de 25 para 86), com uma redução significativa de assistentes estagiários e assistentes (Quadro 2 do R.A.A., p. 11). Obviamente que a Licenciatura de Antropologia beneficiou também desta significativa valorização do pessoal docente e foi com alguma surpresa que a C.A.E. ouviu apenas dois assistentes que a muito curto prazo deixariam de o ser, embora em

1996 ainda houvesse 7 docentes não doutorados entre os 22 que integravam o ensino da Licenciatura.

<b>Pessoal Docente (ISCTE)</b>			
<b>Categoria</b>	<b>1993</b>	<b>2003</b>	<b>Evolução</b>
Prof. catedrático	9	19	+111%
Prof. Catedrático conv.	6	6	-
Prof. associado	10	40	+300%
Prof. Associado conv.	7	6	-14%
Prof. Auxiliar	25	86	+244%
Prof. Auxiliar conv.	28	38	+36%
Assistente	91	82	-10%
Assistente conv.	92	96	+4%
Assistente estagiário	54	17	-69%
Monitor	-	3	-
<b>TOTAL</b>	<b>322</b>	<b>393</b>	<b>+22%</b>

**(R.A.A., p. 11)**

A excelência do corpo docente também se repercute na apreciação das aulas feita pelos alunos. Embora só tenham respondido aos inquéritos 31% dos alunos inquiridos (97 em 322, segundo o documento anexo ao R.A.A. p.1) a verdade é que os alunos afirmam a clara utilidade das aulas destacando que «A assistência regular às aulas é indispensável para uma boa assimilação da matéria» (Quadro 23, do R.A.A., Inquérito aos Alunos, p. 12).

Refira-se ainda que alguns docentes consideram de todo inaceitável que «um fantástico capital humano de conhecimento fique (em parte) destroçado pela luta intestina» e ainda que «a concepção única e totalitária não é aceitável para a reestruturação do curso». Nestas condições reclamavam um «Desmond Tutu» ou um «Mahatma Gandhi». Que ele apareça.

## **7. 2 Os Docentes e a Investigação**

«Para além do nível científico do curso e do processo pedagógico em geral a avaliação deve incidir também especialmente sobre a investigação realizada» (Artº 3º da Lei nº 38/94 sobre Avaliação do Ensino Superior).

Ora a Investigação é realizada pelos docentes e ela está subjacente à sua qualificação. Embora o «bem ensinar» não esteja necessariamente garantido pelo «bem investigar» e seja notório que na carreira académica a componente pedagógica é por norma menos valorizada que a componente científica, o certo é que a qualidade científica de qualquer curso liga-se necessariamente à qualidade da investigação praticada. As actividades de investigação em Antropologia começaram por integrar-se na UNICS (Unidade de Investigação em Ciências Sociais) do ISCTE mas a criação do C.E.A.S. (Centro de Estudos de Antropologia Social) depressa congregou a maioria dos investigadores a tal ponto que em 2002/2003 já 14 investigadores pertenciam ao CEAS, ficando apenas 3 integrados na UNICS (p. 43, R.A.A.).

Por isso é de destacar em particular a actividade do C.E.A.S., cujos relatório de actividades relativo ao ano de 2002 (Anexo 13 do R.A.A.) espelha bem uma actividade intensa com nove projectos de investigação em curso financiados por instituições diversas como a Fundação para a Ciência e Tecnologia, a Direcção Geral de Turismo, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação-Luso-Americana para o Desenvolvimento (p. 15 do Anexo 13, R.A.A.).

Estão também ligadas a este C.E.A.S actividades científicas diversas como colóquios, seminários e encontros científicos (pelo menos 39 iniciativas deste tipo). Verifica-se contudo diminuta presença de alunos nestes colóquios, o que merece também uma reflexão.

As publicações do ano em análise (2002) totalizam 57, sendo os autores investigadores integrados e bolseiros (p. 14 do Anexo 13).

São de particular importância, para efeitos de avaliar a actividade, os trabalhos de orientação de 24 teses de doutoramento e 21 teses de mestrado (Anexo 13, 2002, pág. 15), todas da responsabilidade de doutorados do C.E.A.S. Contados a partir de 2001, o anexo refere um total de 48 mestrados, sendo que seria importante saber quantas já foram defendidas.

Muitos dos artigos da revista *Etnográfica*, publicação do C.E.A.S., são da autoria de investigadores do Centro ou com ele relacionados. Desde 1997, num total de 12 edições, esta revista *Etnográfica* já publicou 93 artigos e conseguiu 70 permutas inter-

institucionais (nacionais ou internacionais) o que é deveras significativo em termos de afirmação da instituição (p. 6 do Anexo 13, R.A.A.).

A autonomia deste Centro permite ainda adquirir algumas publicações para suporte de projectos de investigação assim complementando a aquisição de obras de antropologia para a instituição.

Também por esta via (da investigação) os docentes do Departamento estão a concretizar uma maior internacionalização, prática desejável segundo uma nota do R.A.E. de 2000: «poderia esperar-se, da parte dos doutorados mais jovens e dos mestres, uma maior internacionalização dos seus graus académicos» (p. 11 do Relatório Final).

É ainda de referir a experiência de um programa europeu para recém-licenciados para o estudo de uma comunidade cigana na Eslovénia com alguns investigadores seniores a apoiar a iniciativa, uma espécie de laboratório para treino.

A actividade de investigação que se refere na qualidade dos docentes ao nível da licenciatura liga-se ainda mais directamente com os 3 Mestrados em curso, a saber:

- Patrimónios e Identidades
- Colonialismo e Pós-colonialismo
- Poder e Diferenciação (Ver Ponto 3.2).

Sendo este um dos pontos fortes do Departamento de Antropologia poderia ser interessante avançar para a reestruturação da licenciatura do topo para a base. Talvez não fosse irrealista subordinar as alterações ao programa de licenciatura partindo das linhas de força dos Mestrados que estão bem estruturados e são actuais. Essa hipótese parece até integrar bem o espírito da Declaração de Bolonha.

A dinâmica do ensino de Antropologia no ISCTE é coroada com um Programa de Doutoramento em Antropologia Social (Anexo 16), também pioneiro ao nível do país, agora em reformulação, e do qual também é razoável esperar os melhores resultados.

## **8. Pessoal não Docente**

O pessoal não docente do ISCTE evoluiu nos últimos 10 anos (1993/2003) de 57 para 146. Mas este aumento de 156%, (Quadro 3, p. 2, do R.A.A.) que diz respeito ao

crescimento global do ISCTE, parece não ser suficiente para apoiar todos os serviços em ritmo de grande expansão; nomeadamente tem-se recrutado pessoal administrativo e técnicos superiores (R.A.A., p. 10).

<b>Pessoal Não Docente (ISCTE)</b>			
<b>Categoria</b>	<b>1993</b>	<b>2003</b>	<b>Evolução</b>
Técnico superior / dirigente	5	20	+300%
Técnico superior BD	2	3	+50%
Técnico	-	1	-
Técnico profissional	-	8	-
Técnico profissional biblioteca	-	8	-
Técnico adjunto BD	3	-	-
Técnico auxiliar BD	1	3	+200%
Administrativo	23	74	+222%
Operário	1	1	-
Auxiliar	22	22	-
Informático	-	6	-
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>	<b>146</b>	<b>+156</b>

O encontro com o pessoal não docente deixou uma imagem muito positiva de dedicação à causa comum e interesse em prestar serviços de qualidade.

## **9. Instalações e Equipamentos**

A insuficiência das instalações parece ter sido claramente ultrapassada com a conclusão do Edifício II, embora haja alguma falta de equipamento também em vias de ser resolvido.

O acesso dos alunos aos diversos equipamentos (didáticos, informáticos, audiovisuais) é reconhecido pelos autores do R.A.A. e durante a visita não foram referidas deficiências neste campo.

É certamente a licenciatura desta área em que os alunos têm vantagens nítidas sobre os de outras instituições. Com uma rede de 750 computadores pessoais, 114 servidores, o Centro de Informática do ISCTE dispõe ainda de «10 laboratórios de informática com 200 postos de trabalho, para os alunos» (R.A.A., p. 9),

Com tão bom suporte de apoio seria de esperar uma maior utilização da Internet (a maioria usa-a menos de uma hora por semana) (Tabela 12, Inquérito aos alunos) embora essa menor procura possa ter a ver com as temáticas dos trabalhos académicos.

Embora o uso da Biblioteca seja um bom indicador, seria de repensar o horário de funcionamento que já se estendeu até às 20H e actualmente encerra às 18H, isto porque facilitaria os trabalhos de todos os alunos, em particular os do turno da noite.

Apesar de algumas áreas da antropologia não estarem muito presentes na Biblioteca (A. Visual por ex.) temos que reconhecer que globalmente instalações e equipamentos são em geral bons, e nalguns casos muito bons.

## **10. Recursos Financeiros**

As despesas gerais do funcionamento dizem respeito aos custos do ISCTE (custo com funcionários e outros custos) imputados à licenciatura em Antropologia (R.A.A., p. 41).

Da conjugação dos dados concentrados no Anexo 19 e da tabela 16 os autores do R.A.A. concluem que o custo da licenciatura, por aluno inscrito, terá passado de 2.500 € para 3.481 € (R.A.A., p. 41).

Estes cálculos não se afastam dos valores calculados pelo anterior C.A.E. (Relatórios Finais, 2000, p. 19) que referindo embora não se poder fazer um cálculo rigoroso concluía que «o custo médio anual por aluno do curso de Antropologia seria de cerca de 700 Contos».

## **11. Relações Externas e Internacionalização**

São poucos os alunos do ISCTE que beneficiam do programa Socrates / Erasmus, apesar de se reconhecer que as disciplinas que alguns alunos frequentam em Universidades estrangeiras (Programas Socrates / Erasmus) são de matérias menos clássicas que as leccionadas no ISCTE. No que diz respeito ao Programa de intercâmbio Sócrates / Erasmus o Quadro 6 (p. 27 do R.A.A.) é preocupante já que não só é reduzido

o número de alunos que aproveita o intercâmbio (11 entre 1989/2002) como também são poucas as Universidades escolhidas, já que a maioria destes 11 alunos optou por apenas duas Universidades: Paris (Nanterre) e Amsterdão (Universidade Livre).

Trata-se de uma questão a repensar tanto no montante da bolsa atribuída como na flexibilidade do processo de equivalências. Ao que parece, a procura dos alunos de Antropologia do ISCTE por cursos no estrangeiro é muito reduzida sobretudo devido à falta do «learning agreement». A questão parece delicada. Mas sem uma muito maior flexibilidade na atribuição das equivalências as potencialidades do programa Erasmus ficam em boa parte prejudicadas.

Esta questão pode pôr-se ainda em termos mais genéricos e perguntar como é que as nossas licenciaturas de antropologia ainda não agilizaram um sistema de circulação interna (dentro do país) em que alunos de diferentes universidades pudessem frequentar disciplinas noutra universidade, sem prejuízo, antes com a vantagem, de seguir programas de especialistas em áreas específicas da Antropologia. Sendo a equipa de docentes do ISCTE uma das mais especializadas seria normal que alguns alunos de fora pudessem seguir determinados cursos. Neste campo há ainda um longo caminho a percorrer em termos de abertura a nível nacional e internacional.

## **12. Ambiente Académico (Apoio Social)**

Não houve ainda criação de Serviços de Acção Social com autonomia própria por parte do ISCTE. Os estudantes beneficiam contudo de um protocolo, que vem de 1991, com a Universidade Técnica de Lisboa, que inclui também apoio médico e acesso às residências da referida Universidade Técnica; por outro lado usufruem das cantinas dos Serviços de Acção Social da Universidade de Lisboa (R.A.A., p. 10).

## **13. Gestão da Qualidade**

Numa perspectiva global o conjunto de factores positivos que marcam esta licenciatura são muito mais relevantes do que alguns aspectos menos conseguidos ou adiados. O que se pode esperar é que aperfeiçoando aquilo que já é bom ou mesmo muito bom, seja possível renovar o curso para o ajustar aos tempos de hoje e reconhecer

que há uma distância razoável entre as potencialidades deste curso para melhoria da qualidade científica da comunidade e aquilo que o curso realmente produz. É de esperar uma maior visibilidade e radiação dos saberes antropológicos que sustentam esta licenciatura.

#### **14. Empregabilidade e Estágio**

As questões relativas às saídas profissionais estão particularmente ligadas (pelo menos no entender dos alunos) com a questão dos estágios.

Sobre a efectivação de estágios os membros da C.A.E. receberam no segundo dia da visita (18.03.04) um documento apresentando uma página síntese indicando graficamente o n.º de estagiários/ano, o n.º de instituições e ainda o n.º de supervisores/orientadores. (Ver Anexo).

<b>Ano</b>	<b>N.º de Estagiários</b>
1998	7
1999	11
2000	19
2001	34
2002	32
	103
<b>Ano</b>	<b>Nº de Instituições</b>
1998	3
1999	9
2000	8
2001	18
2002	20

A informação completa-se com páginas, por cada ano, em que se discrimina a instituição (museu, câmara, centro, instituto, etc.), e os temas do estágio. A responsável pelo Gabinete de Estágios completou as informações e também corroborou a muita procura. Igualmente os antigos alunos de licenciatura vincaram a importância de fazer o

estágio em termos de procura de emprego sublinhando que em muitos casos à pergunta «tem alguma experiência?», o estágio salva o sim indispensável para a resposta positiva. Mais uma vez para estes antigos alunos o curso que fizeram dava «mais importância às questões teóricas» e saíram com menos conhecimento do terreno, «ignorância no trabalho de campo». Entendem estes antigos alunos que embora dizendo «sim às questões teóricas, tem que ser mais central a reflexão actual» para superar as incertezas do terreno «em que a pessoa aprende sobre si própria».

Nesta questão é de destacar o contributo do Museu Nacional de Etnologia que recebeu no últimos 7 anos 26 estagiários. Durante a visita, este contributo foi detalhadamente explicada pelo Director do Museu Nacional de Etnologia expondo quais as perspectivas que vê para a iniciativa a curto e médio prazo. Referindo-se à questão o director do Museu Nacional de Etnologia, explicou a situação actual:

6 estagiários a trabalhar no museu , 1 em Moçambique e 10 em pós-graduação.

É certamente importante perspectivar as tarefas de estágio para um Mestrado na área mais afim. Neste sentido o director do Museu Nacional de Etnologia referiu a situação de enorme carência dos 400 museus de Etnografia existentes no país e lembrou a necessidade de avançar com «projectos para depois da crise».

Também o texto «Análise do documento sobre a Auto-Avaliação da Licenciatura em Antropologia», acima referido (ponto 3.1.), destaca a questão dos estágios (ponto 3.6. p.7) mostrando total sintonia com os autores do R.A.A.:

«Sobre o estágio estamos de acordo em tudo o que transcrevemos»:

- «Hoje o pendor tão exclusivamente académico que caracterizou os inícios da licenciatura tem vindo, cada vez mais, a perder sentido».

- «Assim, há quinze anos ainda se podia acreditar, pelo menos implicitamente, que uma licenciatura em Antropologia só se completaria com um doutoramento».

- «Uma das razões para esta necessidade de mudança na orientação do ensino prende-se com as responsabilidades da Universidade (em) preparar estes estudantes para algo, para o desempenho de um papel criativo e inovador na vida activa (na) participação colectiva em instituições de diferentes tipos, organizações governamentais e não governamentais, autarquias, museus, associações voluntárias, projectos interdisciplinares».

- «É neste contexto que a figura do estágio se revela extremamente importante, na medida em que se pode tornar numa das peças fundamentais desta articulação entre a universidade e a sociedade envolvente».

E os alunos acrescentam:

«Estamos em total sintonia com os estágios mas, obviamente, só fazem sentido com a reestruturação do curso, menos académico e mais envolvente com a sociedade que irá receber os antropólogos».

Recorrendo ainda aos resultados dos inquéritos do R.A.A. os alunos concluem:

«É significativa a conclusão preliminar do inquérito aos alunos realizado em Dezembro de 2003:

Consideram, por outro lado, que a formação que lhes é de facto proporcionada contribui mais para a sua realização pessoal (3.64) do que para o desenvolvimento da antropologia (3.58), mas em medida muito menor para formar profissionais para o mercado de emprego (2.84) (pág. 46 do R.A.A.)».

### **Balanco Global e Conclusões**

- A C.A.E. trabalhou com base num documento da Auto-Avaliação que recebeu tardiamente e que embora seja globalmente um documento bem elaborado, apresenta algumas lacunas importantes (ex. inquéritos aos docentes) de que aliás a própria Comissão de Auto-Avaliação se dá conta.

- A licenciatura de Antropologia do ISCTE é uma das 2 únicas que não foram objecto de nenhuma reestruturação curricular de fundo, não obstante as recomendações de Relatório de Avaliação Externa de 2000 e as vontades expressas de parte significativa dos docentes do Departamento.

- Divisões no corpo docente quanto a tão importante questão, problemas de liderança, problemas de relacionamento com outros departamentos, nomeadamente o de Sociologia, são alguns dos factores na base dos estrangulamentos que se verificam ao desenvolvimento do curso e do departamento.

- O curso possui, porém - há que dizê-lo com ênfase - um muito elevado potencial: tem um corpo docente composto por muitos elementos altamente qualificados e que gozam de merecido prestígio académico na comunidade científica portuguesa.

- O curso e o departamento beneficiam das condições gerais oferecidas pelo ISCTE, que são de grande qualidade (as instalações mais recentes são mesmo de excelência) e do grande dinamismo da instituição.

- É a única instituição que ao nível do país proporciona um curso de Antropologia em regime nocturno (turno da noite) que é frequentado por muitos alunos que o fazem como meio de valorização pessoal. Esta situação devia ser valorizada e também ponderada por outras instituições.

- Decorrente da observação anterior é necessário ter em conta que o modo como os alunos do turno do dia encaram o curso é muito diferente do dos alunos da noite. Isto constitui mais um desafio à flexibilidade e equilíbrio necessários para uma adequada reestruturação do curso.

- Talvez devido a um diferente entendimento do tempo dedicado à instituição, há docentes que parecem ter excesso de carga horária enquanto outros parecem rondar os limites mínimos legais. Por outro lado há docentes com muitos alunos a ser orientados nas suas teses de mestrado e outros cujos nomes não aparecem para além do estrito horário da aulas (porventura indicando uma menor disponibilidade para orientar). Aí podem surgir algumas legítimas dúvidas sobre o desempenho pedagógico.

- Relativamente às observações e sugestões da Comissão de Avaliação Externa (R.A.E., 2000) para além da não concretização da reestruturação recomendada parece não haver ainda uma representação suficiente das culturas não ocidentais no curso, se levarmos em conta as críticas dos alunos nesse sentido, embora não seja de modo algum verdade que «todas as cadeiras estão centradas em Portugal» (R.A.A., 2000, p. 18).

- Também a reclamada inserção da Antropologia no mundo contemporâneo (p. 10 do R.A.E. 2000) parece não poder tomar forma sem uma reformulação do curso com semestralização das disciplinas e introdução de matérias optativas como ficou amplamente exposto neste relatório.

## Classificação dos Campos de Apreciação<sup>4</sup>

<b>Campos de Apreciação</b>	<b>Classificação</b>
Organização Institucional	<b>B</b>
Objectivos do Curso	<b>C</b>
Plano de Estudos	<b>C</b>
Conteúdos Programáticos	<b>C</b>
Alunos (procura, sucesso escolar)	<b>C</b>
Processo Pedagógico	<b>C</b>
Corpo Docente	<b>A</b>
Pessoal não Docente: - Qualificação	<b>B</b>
- Suficiência	<b>C</b>
Instalações e Equipamentos	<b>A</b>
Recursos Financeiros	<b>D</b>
Relações Externas e Internacionalização	<b>C</b>
Ambiente Académico (apoio social)	---- (sem dados suficientes)
Gestão da Qualidade	<b>C</b>
Empregabilidade	<b>B/C</b>

Nota: Os Níveis de Classificação atribuídos foram estabelecidos pela F.U.P./Conselho de Avaliação nos seguintes termos:

**A** – *Excelente*

**B** – *Muito Bom* – Sem problemas estruturantes detectados, com eventuais pequenos problemas de importância secundária para a organização e funcionamento.

**C** – *Bom* – Pode haver pequenos problemas de alguma relevância para a organização e funcionamento do curso, mas resolúveis ao nível do Departamento ou da Coordenação do Curso.

**D** – *Suficiente* – Problemas estruturantes detectados que implicam intervenção institucional de nível mais elevado, mas onde se encontra dinâmica positiva que admite a sua ultrapassagem a curto prazo.

**E** – *Insuficiente* – Graves deficiências, algumas de natureza estrutural, com reduzidas perspectivas de recuperação imediata.

---

<sup>4</sup> Os Campos de Apreciação e os Níveis de Classificação foram definidos com base no Guião de Avaliação Externa aprovado em Novembro de 2003 pela F.U.P. / Conselho de Avaliação.

## **Anexos**

- |                                         |          |
|-----------------------------------------|----------|
| 1. Termos de Referência                 | <i>b</i> |
| 2. Constituição e Calendário de Visitas | <i>d</i> |
| 3. Programa da Visita                   | <i>e</i> |

# COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DE ANTROPOLOGIA

## TERMOS DE REFERÊNCIA

### 1. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Objectivos e finalidades do curso. Informações sobre o contexto em que o curso foi criado. Procura do curso (condições de acesso, evolução na procura durante o período em análise). Articulação do curso de licenciatura com cursos de ensino pós-graduado da mesma área científica.

### 2. PLANO DE ESTUDOS

Adequação aos objectivos e finalidades do curso. Carga horária semanal. Distribuição e peso relativo das disciplinas por áreas científicas. Articulação interdisciplinar e articulação entre formação teórica e a preparação prática (exercícios de recolha de dados). Os estágios e a interação entre a Universidade e as Instituições de acolhimento nas quais funcionam núcleos de estágio.

### 3. PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

Qualidade e coerência científico-pedagógica. Adequação aos objectivos do curso. Exequibilidade. Metodologias e estratégias de ensino. Articulações horizontais e verticais. Estratégias de desenvolvimento curricular: dinâmica de actualização no período em análise.

### 4. CORPO DOCENTE

Qualificação académica. Actividade pedagógica e carga lectiva semanal. Actividade científica e publicações. Actividades de extensão universitária. Actividades de gestão. Coordenação entre os professores do curso. Colaboração interdepartamental e interinstitucional. Intercâmbio internacional. Financiamento externo de projectos.

### 5. CORPO DISCENTE

Vocação para o curso (se os alunos têm como primeira opção). Preparação cultural e científica. Capacidades de expressão e de comunicação oral e escrita. Espírito crítico. Hábitos de leitura. Condições de estudo. Programas de apoio aos alunos em dificuldades. Mobilidade internacional.

### 6. GESTÃO PEDAGÓGICA DO CURSO

Órgãos e mecanismos de gestão pedagógica do curso. Representatividade dos órgãos de gestão pedagógica: participação de docentes e alunos. Articulação dos órgãos de gestão pedagógica com outros órgãos de gestão. Recursos de pessoal técnico e administrativo.

### 7. AVALIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS

Modalidades e critérios, qualidade e fiabilidade dos processos de avaliação (escritos e orais). Taxas de sucesso, de retenção e de abandono. Prescrições e precedências.

## **8. INSTALAÇÕES**

Espaços lectivos: número, tipologia, capacidades e qualidade. Espaços de Estudo, trabalho e convívio para alunos. Gabinetes para docentes e suas condições.

## **9. EQUIPAMENTO CIENTÍFICO-PEDAGÓGICO**

Equipamento; apoio técnico; manutenção. Bibliotecas: quantidade e actualização do acervo bibliográfico; condições de acesso e utilização; espaços de leitura; horário de funcionamento. Meios informáticos. Meios audiovisuais. Laboratórios.

## **10. SAÍDAS PROFISSIONAIS**

Adequação do curso de licenciatura e das competências e capacidades dos licenciados ao mercado de trabalho. Situação socioprofissional dos licenciados: emprego em área directamente relacionada com o curso, emprego numa área próxima do curso; trabalho numa área totalmente diferente; taxas de desemprego. Possibilidades de articulação entre estágios e emprego.

# COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DE ANTROPOLOGIA

## Constituição e Calendário de Visita

<u>UNIVERSIDADE A AVALIAR</u>	<u>DATAS DE VISITA</u>	<u>MEMBROS</u>
<b>UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA</b>	<b>9 Março</b>	Jill Dias
		Carlos Diogo Moreira
		Manuel Laranjeira de Areia
		Brian Juan O'Neill
<b>UNIVERSIDADE DE COIMBRA</b>	<b>10 e 11 Março</b>	Jill Dias
		Carlos Diogo Moreira
		Brian Juan O'Neill
U.N.L.	<b>15 e 16 Março</b>	Brian Juan O'Neill
		Manuel Laranjeira de Areia
		Carlos Diogo Moreira
		Mary Bouquet
<b>I.S.C.T.E.</b>	<b>17 e 18 Março</b>	Jill Dias
		Carlos Diogo Moreira
		Manuel Laranjeira de Areia
		Mary Bouquet
U.T.L.	<b>23 e 24 Março</b>	Jill Dias
		Manuel Laranjeira de Areia
		Brian Juan O'Neill

# COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ANTROPOLOGIA

## Programa de visita ao ISCTE

**17 e 18 de Março de 2004**

### Comissão de Visita

Prof<sup>a</sup>. Doutora Jill Dias

Prof. Doutor Carlos Diogo Moreira

Prof. Doutor Manuel Laranjeira de Areia

Prof<sup>a</sup>. Mary Bouquet

Dr.<sup>a</sup> Carla Vieira (Secretária)

### **1º Dia**

**09.00 – 10.00** – Após apresentação de cumprimentos, reunião com dirigentes da instituição visitada e com os responsáveis do curso e do departamento envolvidos.

**10.00 – 11.00** – Reunião com os autores do Relatório de Auto-Avaliação.

**11.00 – 12.00** – Reunião com os dirigentes da Associação de Estudantes e de outras organizações estudantis.

**12.00 – 13.00** – Visita às instalações.

**13.00 – 14.30** – Intervalo para almoço.

**14.30 – 15.30** – Reunião com os alunos dos dois primeiros anos.

**15.30 – 16.30** – Reunião com os professores de todos os anos (espera-se a presença significativa dos professores dos dois primeiros anos)

**16.30 – 17.30** – Reunião com outros elementos (incluindo a associação de antigos alunos, empresas, etc.)

**17.30 – 18.30** – Consulta dos elementos à disposição da CAE.

**18.30 – 19.30** – Reunião da CAE.

### **2º Dia**

**09.00 – 10.00** – Reunião com pessoal não docente.

**10.00 – 11.00** – Reunião com os alunos dos últimos anos.

**11.00 – 12.00** – Reunião com os assistentes.

**12.00 – 12.30** – Reunião da CAE.

**12.30 – 13.30** – Reunião com os dirigentes da instituição visitada e com os autores do relatório de auto-avaliação, para apresentação das conclusões preliminares.